

*Muly*  
*al*  
*Vente*

**ACTA Nº 44**  
**REUNIÃO ORDINÁRIA DE 07-11-2002**  
REUNIÃO PÚBLICA

No dia sete do mês de Novembro do ano dois mil e dois, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Aveiro, na sala das reuniões do Edifício dos Paços do Concelho, sob a Presidência do Sr. Presidente, Dr. Alberto Afonso Souto de Miranda, e com a presença dos Srs. Vereadores, Eduardo Elísio Silva Peralta Feio, Eng.<sup>a</sup> Lusitana Maria Geraldês da Fonseca, Dr. Manuel Fernando Ferreira Rodrigues, Dr.<sup>a</sup> Marília Fernanda Correia Martins, Domingos José Barreto Cerqueira, Eng.<sup>o</sup> Ângelo Pereira Pires, Dr. Joaquim Manuel da Silva Marques e Dr. Luís Miguel Capão Filipe.

Pelas 14.30 horas, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião.

**APROVAÇÃO DE ACTAS:** - Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a acta n.º 42.

**RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA:** - A Câmara tomou conhecimento do balancete da tesouraria relativo ao dia 6 de Novembro, corrente, o qual acusa o seguinte movimento em dinheiro: - Saldo do dia anterior em operações orçamentais – um milhão quinhentos e setenta e sete mil quinhentos e setenta e um euros e trinta e oito centavos; Saldo do dia anterior em operações de tesouraria – quatrocentos e oitenta e nove mil cento e vinte e três euros e quarenta e cinco centavos; Receita do dia em operações orçamentais – quatro mil duzentos e trinta euros e cinquenta e oito centavos; Receita do dia em operações de tesouraria – seiscentos e dezassete euros e trinta e um centavos; Despesa do dia em operações orçamentais – setenta e três mil novecentos e quarenta e quatro euros e seis centavos; Despesa do dia em operações de tesouraria – zero euros; Saldo para o dia seguinte em operações orçamentais – um milhão quinhentos e sete mil oitocentos e cinquenta e sete euros e noventa centavos; Saldo para o dia seguinte em operações de tesouraria – quatrocentos e oitenta e nove mil setecentos e quarenta euros e setenta e seis centavos.

## PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

### Intervenção do Público

*Manuel Moreira*  
*António Casal de Oliveira*  
*Glória Marques Pinhão*

**Manuel Moreira** – Denunciou o facto de uma vizinha sua estar a cultivar terreno em frente à casa que habita que, de acordo com o alinhamento da construção anexa, pertence ao domínio público. Segundo sabe, esta senhora não construiu o muro no alinhamento que lhe foi imposto, utilizando o terreno para uso pessoal, pelo que pretendia saber se havia ou não regras a cumprir, pois caso contrário derrubaria o seu muro construído há 15 anos e faria o mesmo.

O Sr. Presidente respondeu que, dependendo do tipo de via, existem naturalmente regras que têm que ser cumpridas e que se de facto existe alguma ilegalidade, a situação terá que ser analisada pela nossa Fiscalização. Contudo, como desconhecia o caso em concreto, se havia ou não licença para a construção do muro, encaminhou o queixoso para a Directora do Departamento de Gestão Urbanística de Obras Particulares para verificarem a situação em conjunto.

**António Casal de Oliveira e outro** – Vieram questionar o Executivo relativamente às condições a que estão sujeitos os seus terrenos anexos à Passagem Superior de S. Bernardo, do lado de Aradas, já que em anterior reunião pública, o Sr. Presidente lhes disse que iria mandar proceder a estudo por parte dos técnicos municipais, o que ainda não aconteceu, continuando a verificar-se a falta de acesso aos ditos terrenos.

O Sr. Presidente esclareceu que, no âmbito do Plano de Urbanização, que foi aprovado, e decorrente de várias reuniões de trabalho realizadas, está a ser analisada a possibilidade de os referidos terrenos serem contemplados com área de construção, sendo uma das sugestões que poderão efectuar, aquando da apreciação pública daquele documento. Entretanto, o Sr. Presidente aconselhou os interessados a contactarem o Director do Departamento de Desenvolvimento e Planeamento Territorial, para melhores esclarecimentos.

**Glória Marques Pinhão** – Apresentou um abaixo-assinado de vários moradores de Verba-Nariz, a solicitar que sejam revistos os horários de autocarros para a zona de Nariz/Mamodeiro, designadamente: uma carreira de Segunda a

Domingo às 18.00 e outra às 22.00 horas, para bem servir as pessoas que trabalham na cidade e terminam nestes horários o seu dia de trabalho; outra ao Domingo entre as 8.00 e as 15.00 horas, para as pessoas que trabalham durante a manhã.

O Sr. Presidente esclareceu que, na sequência de anterior reivindicação, tinha já sido resolvida outra solicitação relativamente à carreira da hora de almoço para a mesma localidade, e que o presente pedido irá também ser analisado e, dentro do possível, será satisfeito.

**Joaquim Teixeira** – Adquiriu à Câmara um terreno na Urbanização a Sudeste de Cacia em 1974, o qual não incluía terreno para garagem. Mais tarde a Câmara prometeu a venda de pequenas parcelas aos adquirentes para a construção das ditas garagens e, nessa sequência, fez a reserva de um lote para esse efeito. Passados mais de 20 anos, nunca conseguiu que se concretizasse a venda, o que lhe tem trazido inúmeros prejuízos, desde roubo do automóvel e outros.

O Sr. Presidente confessou não perceber os motivos de tal atraso e prometeu que irá providenciar a resolução urgente do assunto.

**Nelson Neves Almeida** - Residente no novo Loteamento Municipal de S. Jacinto, no lote 26, adquirido à Câmara Municipal com uma cláusula de reversão para a Câmara, caso não cumprisse os prazos de início e termo da construção. Cumpriu esses prazos, e agora que necessita de fazer as várias ligações de água, saneamento, luz, etc. vê-se impedido de o fazer, porque a Câmara não cumpriu com os seus compromissos, não promovendo a instalação das necessárias infraestruturas.

O Sr. Presidente respondeu que tem toda a razão, que é um assunto que tem merecido alguma preocupação e que de facto a Câmara foi protelando as obras também por forma a articulá-las o mais possível com as dos proprietários. Entretanto já foi adjudicada a respectiva empreitada e, logo que os trabalhos se iniciem, procurar-se-á que se concluam o mais rápido possível.

**Isabel Almeida** - Na sequência da intervenção efectuada na última reunião pública pelo seu companheiro Reinaldo Pinto, veio lamentar e constatar o facto de, decorrido um mês, a Câmara não ter tomado quaisquer medidas relativamente ao problema da exaustão do Restaurante “Cantinho da Amizade”, sito na Rua da Banda

Amizade, cujo sistema se encontra deficientemente instalado, originando que todos os fumos e cheiros entrem para o seu apartamento onde nem consegue permanecer.

O Sr. Presidente respondeu que a Fiscalização foi de imediato ao local e que perante a inoperacionalidade dos proprietários, se encontra já elaborada uma proposta de queixa-crime por desobediência e cassação do respectivo alvará, a qual irá fazer seguir rapidamente.

**Miguel Silva** – Em seguimento da situação já exposta em anterior reunião pública, em que veio denunciar o facto de ter recebido uma factura dos Serviços Municipalizados para pagamento do saneamento, num arruamento que ainda não possui essa infraestruturas, vem hoje de novo abordar a mesma questão, denunciando agora o facto de recentemente se terem iniciado obras de pavimentação do arruamento em questão, as quais foram suspensas passados dias exactamente por falta dessa e outras infraestruturas, situação que denota uma grande falta de organização por parte dos serviços camarários.

O Sr. Presidente respondeu que a Câmara tem a noção desses desfazamentos de intervenção na via pública, mas que nem sempre é possível articular o plano de actividades e orçamento da Câmara com os das empresas que executam essas infraestruturas, designadamente Telecom, TVCabo, EDP, Lusitaniagás, etc. e que essa dificuldade gera por vezes situações complexas, para o que pede a compreensão dos munícipes.

**Paulo Rebocho** – Em nome da Associação Ambientalista “Água Triangular”, que aqui representa, e a propósito dos terrenos onde irá ser implantado o futuro Campo de Golf, integrado no novo Parque Desportivo, aos quais se deslocou recentemente acompanhado por dois técnicos da Associação, classificou como lamentável a facilidade com que se fazem “verdadeiros crimes contra a natureza”. Disse ainda que gostaria de saber como é que a EMA vai fazer o acompanhamento dessa situação, designadamente se irá ser feita a reciclagem das águas; qual o destino que vai ser dado aos detritos; se vai ser feita uma Estação de Tratamento da água, afirmando que gostaria que aquela Associação fosse convidada para fazer esse acompanhamento.

O Sr. Presidente informou que foi já elaborado o estudo de impacte ambiental por uma das firmas mais conceituadas do País, que pode ser analisado por

*Miguel Silva*  
*Paulo Rebocho*  
*Alf*  
*Luiz*  
*Alf*

quem quiser já que se encontra em inquérito público, e que a análise do mesmo dá uma avaliação contrária ao que afirmou. Trata-se de uma zona que tem servido para depósito de resíduos perigosos e exploração de saibro e que por isso se encontra com enormes crateras abertas e muito deteriorada do ponto de vista ambiental, o que constitui uma necessidade acrescida de realização do projecto do golf porque, para além de recuperar uma área perdida, o projecto está concebido de forma a que a prática daquele desporto não seja agressiva para o local. Aconselhou o Sr. Paulo a ver o estudo de impacte ambiental, agradecendo a sua intervenção, bem como qualquer achega que queira fazer chegar.

**Sr. Pinto** – Como habitualmente, o Sr. Pinto veio à Câmara chamar a atenção para algumas carências que se fazem sentir no Concelho, designadamente a nível de transportes públicos, habitação, saneamento, questionando também sobre a realização das obras já prometidas na casa que lhe foi atribuída, tendo o Sr. Presidente informado que as mesmas foram já adjudicadas e irão iniciar-se a curto prazo.

#### ***Intervenção dos Srs. Vereadores***

**Dr. Capão Filipe** – Começou por referir que, segundo pensa, o Executivo ficou sensível em relação às grandes questões que os Srs. Munícipes aqui colocaram, parte substancial das quais considerou muito pertinente, e em relação às quais o Executivo irá com certeza atempadamente dar resposta.

De seguida e dirigindo-se ao Sr. Presidente, perguntou como decorreu a reunião com os municípios do Baixo Vouga integrados na CCR Centro e qual o ponto da situação designadamente na questão da distribuição das verbas provenientes de apoios comunitários - critério e timing da distribuição dessas mesmas verbas – e o que é que em definitivo ficou estabelecido, sobretudo porque parece que estamos a ser vítimas de uma circunstância de neoregionalização. Acha que o Sr. Presidente, representando um concelho capital do distrito, sentiu com certeza a inconveniência que é sentida por todos nós e que é o facto de o nosso distrito estar entre duas CCR's e ainda por cima, metade do distrito do qual somos capital, tem um critério de distribuição de verbas de apoio comunitário diferente da outra metade. Por isso, a sua pergunta final é se entretanto, como estiveram ali sentados os doze concelhos do

Baixo Vouga, se finalmente aproveitaram essa circunstância, para definitivamente se avançar com a Área Metropolitana de Aveiro.

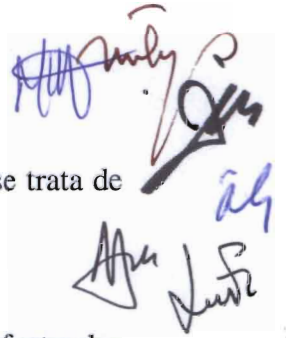
*Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'me', 'Luis', 'Ane', and 'Vout'.*

**Sr. Presidente** – Disse que já teve ocasião de fazer uma conferência de imprensa sobre essa reunião e que há de facto dois pontos que podem ser destacados. Por um lado, a confirmação que realmente há um critério diferente entre a CCRC e a CCRN. Enquanto que na CCRC só se podem apresentar candidaturas depois da adjudicação, na CCRN as candidaturas podem ser apresentadas antes de estarem adjudicados os projectos, o que coloca as Câmaras da Região Centro em risco de não verem as suas candidaturas aprovadas, e terem que adjudicar primeiro sem saber onde é que vão encontrar o financiamento. Por outro lado, houve preocupação por parte da CCRC de garantir que não ficariam cativadas verbas para intenções de projectos, que depois não tinham subsequente concretização. A verdade é que do ponto de vista da CCRC, isto não conduziu a maus resultados porque, regra geral, a taxa de execução é boa. Em sua opinião os fundos não podem servir para causar dificuldades às Câmaras mas sim para as ajudar e o facto de os pagamentos que a CCR faz do III Quadro de Apoio só serem entregues às Câmaras mediante junção de recibo em como os empreiteiros receberam a verba correspondente a toda a obra executada, obriga as Câmaras a terem disponibilidades equivalentes a 100 % do executado, o que é uma dificuldade enorme e coloca as Câmaras em desigualdade. Foram estes dois problemas que foram focados e que são comuns a todas as Câmaras.

**Dr. Joaquim Marques** – Referindo-se à notícia hoje vinda a público sobre o encerramento de algumas escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico, demonstrou a sua preocupação quanto ao assunto e questionou sobre a veracidade da informação, sendo certo que se trata de uma situação preocupante não só para todos os munícipes enquanto pais, como para os professores e funcionários desses estabelecimentos de ensino.

- De seguida e ainda a propósito de outra notícia relativa à construção de habitação social no Concelho, manifestou também a sua preocupação, particularmente por se admitir que no último mandato pouco ou nada se fez e agora continua ameaçada a construção em face da manifesta falta de crédito por parte do Governo.

Acha que é uma matéria que necessita de ser seriamente ponderada já que se trata de uma questão primária e prioritária no nosso Concelho.



- Em terceiro lugar, e a propósito de algumas das intervenções hoje efectuadas pelo público, o Sr. Vereador disse constatar a recorrência de alguns assuntos que aqui são trazidos e que o levam a pensar que há uma certa inoperância por parte dos nossos serviços. E como também tem assistido à resolução de casos concretos, leva-o a concluir que não há só inoperância mas sim que há uma área particularmente inoperante que é a Fiscalização, pois que há determinados assuntos que são trazidos à Câmara, a Câmara delibera executar e depois os serviços não actuam. Acha que, num momento difícil como o que atravessamos, de dificuldades económicas sobejamente conhecidas de todos, quer a nível nacional quer a nível autárquico, se esta Fiscalização fosse mais operante, mais incisiva, fazendo com que se cumpra a lei, certamente iriam ser menos sentidas essas dificuldades porque deixariam de existir determinados custos acrescidos e as verbas daí resultantes chegariam para outras aplicações, como por exemplo, para a habitação social.

**Sr. Presidente** - Sobre o encerramento das escolas do 1º ciclo do Ensino Básico disse o seguinte: *“Quero dizer que a notícia é puro boato, que está a ser feita uma avaliação com muita seriedade, no âmbito da elaboração da carta escolar, que não queremos que seja apenas um levantamento do existente, e que seja de acordo com a nossa antecipação das necessidades. Elaborámos um elemento base que está a ser sujeito à apreciação de todos os agentes educativos, associações de pais, professores, e CAE e todos os agentes envolvidos no processo educativo vão poder dar a sua opinião. Queremos que depois disso a Universidade de Aveiro com os meios humanos, os recursos humanos muito qualificados que tem na área da educação, como também na área do planeamento, e outras que possam ser relevantes, possa intervir e contribuir, para que a nossa carta escolar seja um documento muito bem fundamentado. Não se trata só de fazer uma avaliação técnica das condições das escolas, trata-se de se antecipar as necessidades em função da evolução da população, das tendências demográficas que se registam, e com uma correcta inserção em termos de planeamento urbano, e outros, acessibilidade de transportes públicos, proximidade em relação a equipamentos, há todo um conjunto*

de condições de requisitos que é necessário ter em conta na elaboração da carta escolar que vão ser considerados, e portanto qualquer notícia que apareça em relação ao encerramento de qualquer escola é um puro boato, sem nenhuma sustentação. Sabemos que há escolas com mais alunos do que outras, sabemos de algumas com poucos alunos, mas isso não quer dizer neste momento rigorosamente nada. A avaliação está a ser feita com esta seriedade e sem pressas dada a responsabilidade e importância que esta carta tem. E esse documento será devidamente elaborado, acompanhado, participado e discutido por nós todos também e só depois de aprovado poderemos concretizá-lo. Se vamos ficar com mais ou menos escolas, novas escolas em novas zonas habitacionais delas carecidas, vamos aguardar pelo resultado da carta escolar. Além da certificação estamos empenhados em identificar o conjunto de requisitos de qualidade que cada escola deva preencher, para que nós a possamos certificar como uma escola de qualidade em termos de características físicas, materiais, salas de aula, arejamento, casas de banho, material pedagógico, transporte, equipamentos desportivos, polidesportivos, todo um conjunto de requisitos mínimos num patamar que Aveiro deve exigir para as suas escolas, para podermos certificar uma a uma e procedermos aos investimentos necessários para que essa certificação possa ser feita. É um trabalho que queremos enaltecer, e expressa bem a importância crucial que atribuímos à educação.”

- “Em relação à habitação social, estive a confirmar aquilo que veio na comunicação social, sobre as limitações que o orçamento do estado anuncia, quanto ao crédito às Autarquias para a construção da habitação social. Temos que ser realistas, todas as câmaras deste país constroem habitação social através dos contratos-programa com o IGHAPE e com o crédito bonificado que há para a construção da habitação social e se este crédito não estiver disponível é muito difícil encontrarmos recursos para desenvolver o projecto da habitação social que tínhamos previsto. Temos neste momento em vias de ser adjudicado numa próxima reunião de câmara, 21 habitações mas, face a esta indisponibilidade do Estado, vamos ter que refazer as contas. É uma preocupação que temos.”

- “Quanto à recorrência de algumas intervenções, não merecíamos essa crítica. No caso de Nariz, a própria senhora confirmou que tínhamos resolvido parte



do problema, e pelos vistos há agora outra carreira que suscita problema, "não ficou em saco roto"; No caso do restaurante, acabamos de confirmar que o processo também não ficou parado, temos uma sequência e há um comportamento aparentemente de má fé, vamos desencadear um processo crime que condiciona o encerramento do restaurante; no caso de Taboeira é certo que a situação não foi resolvida mas também é certo que a pavimentação do arruamento de Taboeira está a ser feita. É certo que temos muito que fazer nessa área designadamente na Fiscalização. A entrada de novos agentes na polícia municipal, reforçando os meios humanos que tínhamos, constitui uma oportunidade para que a fiscalização se torne mais eficaz."

*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'J. Cravinho', 'J. F.', and 'M. H.']*

**Domingos Cerqueira** – Começou por apelar à intervenção da Câmara no património dos Cemitérios do concelho, dado existirem jazigos que são verdadeiras obras de arte e que se encontram muito degradados, merecendo, pelo seu valor arquitectónico, de ser preservados.

- Outro assunto a que se referiu, tem a ver com o TGV – Transporte de Grande Velocidade, particularmente no que toca à polémica que tem vindo a existir em torno do seu itinerário e, neste caso concreto, salientou e enalteceu as considerações proferidas pelo Presidente da Associação Comercial do Porto que considera prioritária a ligação Aveiro-Salamanca-Madrid, o mesmo não defendendo o Ex-Ministro João Cravinho que proferiu palavras totalmente contraditórias, o que acha lamentável, particularmente por serem proferidas por um candidato por Aveiro.

- Relativamente à Pista Náutica do Rio Novo do Príncipe, o Sr. Vereador quis salientar o facto de, no passado dia 3 do corrente, se trem completado os 50 anos da reivindicação para Aveiro da Pista, com uma manifestação que decorreu aqui em frente na Praça da República, na qual participou e que juntou tantos aveirenses como não há memória.

- E finalmente, o Sr. Vereador aludiu a um inquérito lançado pelo Sport Clube Beira-Mar, entre os seus sócios e simpatizantes, em que se salienta que a proximidade das estruturas desportivas é o factor mais importante e essencial para a

prática do desporto, idéia que também partilha já que nem toda a gente terá possibilidades de se deslocar para fora da cidade para o fazer.

*Sr. Presidente* - Quanto à Pista Náutica, disse que foi já feito o estudo de impacte ambiental esperando que desta vez não haja problemas na sua aprovação e manifestou a intenção de todos mantermos bem sólida a defesa deste projecto, e que se para isso for necessário também recorrer a manifestações, fá-lo-emos.

- Em relação ao TGV disse que de facto se trata de uma discussão nacional em que diferentes personalidades não têm a mesma opinião, que há estudos técnicos que recomendam o corredor Aveiro-Salamanca-Madrid e que tem sido esta a mensagem que tem tido o cuidado de fazer seguir.

- Quanto à prática do desporto, disse que a Câmara está a fazer o possível para que o Município fique dotado de uma rede de infraestruturas ao nível das acessibilidades que possibilitem e facilitem os acessos às infraestruturas desportivas. Para além disso, em princípio, o recinto relvado do actual Estádio Mário Duarte ficará reservado, para essa prática, dada a sua localização.

- Relativamente à preservação dos jazigos, o Sr. *Vereador Dr. Manuel Ferreira Rodrigues* informou que foi já dado início ao processo de inventariação do património, no qual se incluem todas as construções existentes nos cemitérios do Concelho.

*Dr.ª Marília Martins* – Convidou todos os Srs. Vereadores para assistirem ao 2.º Fórum Aveiro Desporto que se realiza no próximo sábado no pequeno Auditório do Centro Cultural e de Congressos, com início pelas 16.30 horas, no qual participarão as várias colectividades e clubes do Concelho e as Juntas de Freguesia.

**ESTUDO DO MODELO ECONÓMICO E DE EMPRESA PARA O PARQUE DE FEIRAS E EXPOSIÇÕES:** - Na sequência do protocolo estabelecido entre a Câmara Municipal e a AIDA, aprovado na reunião de 19 de Setembro, findo, o Sr. Presidente deu conhecimento dos resultados da análise efectuada pela Comissão Ad Hoc

constituída para efeitos de elaboração do estudo em epígrafe, e propôs que em face da mesma, se informe a AIDA que a intenção da Câmara vai no sentido de a respectiva adjudicação ser efectuada à Empresa EURISKO pelo valor de vinte e nove mil e quinhentos euros e um período de execução de 20 semanas, tendo sido deliberado, por unanimidade, concordar.

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

**ESCOLA EB1 DE SANTIAGO:** - Face ao pedido formulado pela Escola EB1 de Santiago e de acordo com a informação n.º 112/2002, prestada pelo DSU/DMET, foi deliberado, por unanimidade, autorizar a cedência de transporte, nos dias 7 e 8 de Novembro, corrente, para a realização de visitas de estudo da referida Escola à ERSUC e à ETAR de Azurva, cujos custos se estimam na quantia de cento e quarenta e cinco euros.

**SEMANA DE RECEPÇÃO AO CALOIRO:** - Na sequência da deliberação tomada na reunião de 31 de Outubro, findo, que autorizou a cedência do antigo pavilhão de Feiras e Exposições, para a realização dos concertos da Semana de Recepção do Caloiro 2002, foi presente novo pedido formulado pela *Associação Académica da Universidade de Aveiro*, a solicitar a rectificação das licenças de som até às 4 horas da manhã, para o dia 7 e até às 6 horas da manhã para os dias 8 e 9. Foi deliberado, por unanimidade, indeferir o solicitado e manter o teor da deliberação já tomada na reunião acima identificada, ou seja, até às 2 horas da manhã nos dias 6 e 7 e até às 4 horas da manhã nos dias 8 e 9.

- Foi também presente um pedido formulado pela *Tuna Feminina da Universidade de Aveiro*, a solicitar o prolongamento do horário de funcionamento dos estabelecimentos nocturnos da Praça do Peixe até às 3 horas da manhã, no dia 14 do corrente mês, data em que a Tuna realizará um convívio integrado na Noite de Serenatas Femininas/02. A Câmara deliberou, por unanimidade, não autorizar que o horário dos estabelecimentos se prolongue para além das 2 horas da manhã.

**CALENDÁRIO DE FEIRAS E EXPOSIÇÕES:** - Face à informação n.º 065/02, da Comissão de Gestão do Parque de Feiras e Exposições de Aveiro, e por proposta do Sr. Vereador Domingos Cerqueira, foi deliberado, por unanimidade, aprovar o

seguinte calendário de feiras e exposições, para o ano de 2003: **XIV Salão Antiquidades**, 20 a 23 de Fevereiro; **Salão de Construção – Construtora**, 13 a 16 de Março; **Feira de Março**, 25 de Março a 27 de Abril; **Feira de Logística e Transporte – Transporta**, 15 a 17 de Maio; **XI Automobilia**, 24 a 25 de Maio; **Agrovouga**, 5 a 13 de Julho; **Farav (XIX Feira de Artesanato da Região de Aveiro e XVI Mostra Nacional e Internacional de Artesanato)** e **Feira de Gastronomia**, 8 a 17 de Agosto; **Feira Náutica**, 15 a 19 de Outubro; **Exposição Canina de Aveiro**, 8 a 9 de Novembro; **Feira das Velharias**, quarto domingo de cada mês; e **Feira dos 28**, dia 28 de cada mês, e nos meses de Novembro e Dezembro também no dia 14.

**ASSOCIAÇÃO DE CICLOTURISMO DO CENTRO:** - Presente um ofício enviado pelo Governo Civil de Aveiro, a remeter um requerimento apresentado pela ASSOCIAÇÃO DE CICLOTURISMO DO CENTRO, no sentido de lhes ser autorizada a realização do XI Encontro de Cicloturismo do Inatel, no próximo dia 16 de Novembro, tendo sido deliberado, por unanimidade, deferir o pedido nas condições constantes da Divisão de Trânsito, anexa ao processo.

**NATAL - PROGRAMA DE ANIMAÇÃO:** - O Sr. Vereador Dr. Manuel Ferreira Rodrigues deu conhecimento da informação n.º 154/2002 da Divisão de Acção Cultural, referente ao programa previsto para o desenvolvimento do Projecto de Animação Natalícia de 2002, a decorrer entre os dias 13 e 22 de Dezembro, próximo, na Praça Joaquim de Melo Freitas, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar o respectivo programa e orçamento, que se estima no valor de dez mil euros, ficando assim autorizados os pagamentos necessários, até aquele montante.

**LICENÇAS DE OBRAS:** - Foram presentes e analisados os processos de obras n.ºs 115/02 e 152/02 de JOSÉ LUÍS & COSTA FERNANDES, LDA. E OUTRO, respeitantes a um loteamento situado no lugar de Azenhas de Baixo, freguesia de Santa Joana deste Concelho, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a pretensão apresentada pelo requerente no sentido de se autorizar a construção em banda de seis moradias.

**TRÂNSITO – DESVIO DE INFRAESTRUTURAS:** - Face ao pedido formulado pela firma TEIXEIRA DUARTE – ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES S.A. e por proposta do

Sr. Vereador Eduardo Feio, a Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar o corte temporário do trânsito na Rua de Luis Gomes de Carvalho, no sentido de Aveiro para Esgueira, entre a Avenida Dr. Lourenço Peixinho e a Rua Almirante Cândido dos Reis, das 8.00 às 19.00 horas do dia 9 do corrente, para execução de travessia das infraestruturas da EDP.

*Handwritten signatures and initials in blue and black ink, including 'ay' and 'Jure'.*

**ORDEM DE TRABALHOS:** - De seguida deu-se início à apreciação dos assuntos constantes da ordem de trabalhos.

**PAVILHÃO DO IND – ESCADAS EXTERIORES:** - De acordo com a informação n.º 266/2002 do D.P.G.O.M., foi deliberado, por unanimidade, proceder a ajuste directo, nos termos da alínea a) do n.º 3 do art.º 81 do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, para o fornecimento e montagem de uma escada de acesso exterior ao 1.º andar do pavilhão do IND, prevendo-se uma estimativa de mil setecentos e cinquenta euros.

**NOVAS INSTALAÇÕES DO D.P.G.O.M. NO EDIFÍCIO DO I.E.F.P./AVEIRO:** - Na sequência da deliberação tomada na reunião de 26 de Junho, último, e face ao Relatório de Análise de Propostas e Relatório Final do Júri, foi deliberado, por unanimidade, adjudicar o fornecimento e aplicação de divisórias autoportantes em aço galvanizado para as instalações em epígrafe, à Firma CORTAL HAWORTH, S.A., pela importância de cento e oitenta e três mil trezentos e quarenta e oito euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, indo assim indeferida a reclamação apresentada, em sede de audiência prévia, pelo concorrente n.º 13 - RESOFLEX, S.A., com os termos e fundamentos expressos no relatório final do júri que aqui se dão como reproduzidos para os devidos efeitos.

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar a minuta do respectivo contrato.

**PARQUE RADICAL - RECUPERAÇÃO:** - Face à informação da Divisão de Desporto, datada de 20 de Setembro, último, e por proposta da Sr.ª Vereadora Dr.ª Marília Martins, foi deliberado, por unanimidade, autorizar a reparação do equipamento que faz parte do Parque Radical, sediado na Baixa de Sargo

António, a levar a efeito pela empresa URBAN SPORT, pela importância total de cinco mil e sessenta euros e sete cêntimos.

**AQUISIÇÃO DE BENS – PARQUE DESPORTIVO DE AVEIRO:** -

Face à informação n.º 030PDA/02, foi deliberado, por unanimidade, autorizar a aquisição de uma parcela de terreno, equivalente a um quarto, pertencente a Maria Rosa Oliveira Marins Silva, destinado à execução do Parque Desportivo de Aveiro, com a área de 6.650.00 m<sup>2</sup>, a destacar do art.º 2.138, Freguesia de Esgueira, pelo valor de quatro mil cento e oitenta e nove euros e noventa cêntimos.

Mais foi deliberado, por unanimidade, que o pagamento seja efectuado na totalidade, no acto da celebração da escritura de compra e venda.

**SUBSÍDIOS:** - Foi deliberado, por unanimidade, autorizar a atribuição dos seguintes subsídios:

- mil setecentos e cinquenta euros, à *Sociedade Recreio Artístico*, equivalente a 50% das despesas com a participação de atletas em provas internacionais, nomeadamente nos Campeonatos do Mundo de Karate e Europeu de Shotokan;

- mil duzentos e cinquenta euros, à *Junta de Freguesia de Aradas*, para comparticipar nas despesas com a realização de vários trabalhos nas Escolas de Verdemilho, Bonsucesso 1 e 2, Quinta do Picado e Jardins de Infância de Verdemilho e da Quinta do Picado, designadamente arranjo de telheiros e substituição de vidros partidos.

*De seguida, o Sr. Vereador Dr. Capão Filipe ausentou-se da reunião por motivos profissionais.*

**CEDÊNCIA DE MATERIAIS:** - Foi deliberado, por unanimidade, ratificar o despacho do Sr. Vereador Eduardo Feio que autorizou a cedência de um estrado, à *Junta de Freguesia de Aradas*, destinado à celebração da missa, no cemitério de Verdemilho, no passado dia 1 de Novembro, do corrente ano, cujos custos se estimam em oitenta e cinco euros e vinte cêntimos, acrescidos de IVA;

*Terminada a Ordem de Trabalhos, o Sr. Presidente prestou ainda as seguintes informações:*

- Informou que termina hoje o segundo período de marés vivas, e o sistema de comportas fechadas evitou que se verificassem *cheias na Beira-Mar*. Acha que finalmente se criaram as condições necessárias para que a zona da Beira-Mar tenha perdido uma das suas mais antigas tradições, o que o leva a manifestar a sua satisfação por finalmente se ter conseguido acabar com uma situação que causava inúmeros inconvenientes e prejuízos nos habitantes e comerciantes da terra.

- Informou, também, que na próxima segunda-feira tem lugar em Santarém o *IV Encontro Nacional de Autarcas* e que a Câmara disponibilizará transporte para os Srs. Vereadores e Membros das Juntas de Freguesia que queiram participar.

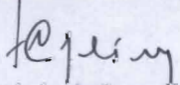
- Deu também conhecimento, que o tradicional *magusto* oferecido pela Câmara terá lugar na Praça da República, na próxima terça-feira.

- E, finalmente o Sr. Presidente comunicou que o *Jantar de Natal* com todos os funcionários da Câmara e Serviços Municipalizados este ano se realizará no Parque de Feiras e Exposições e será na sexta-feira dia 20 de Dezembro.

**APROVAÇÃO EM MINUTA:** - Finalmente, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente acta em minuta, nos termos do que dispõe o n.º 3, do Art.º 92º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na nova redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a qual foi lida e distribuída por todos os Membros da Câmara e por eles assinada.

E não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a presente reunião.

Eram 17.30 horas.

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente acta, que eu, , João Carlos Vaz Portugal, Director do Departamento Administrativo, Jurídico e de Pessoal da Câmara Municipal de Aveiro, subscrevo.

*João Carlos Vaz Portugal*